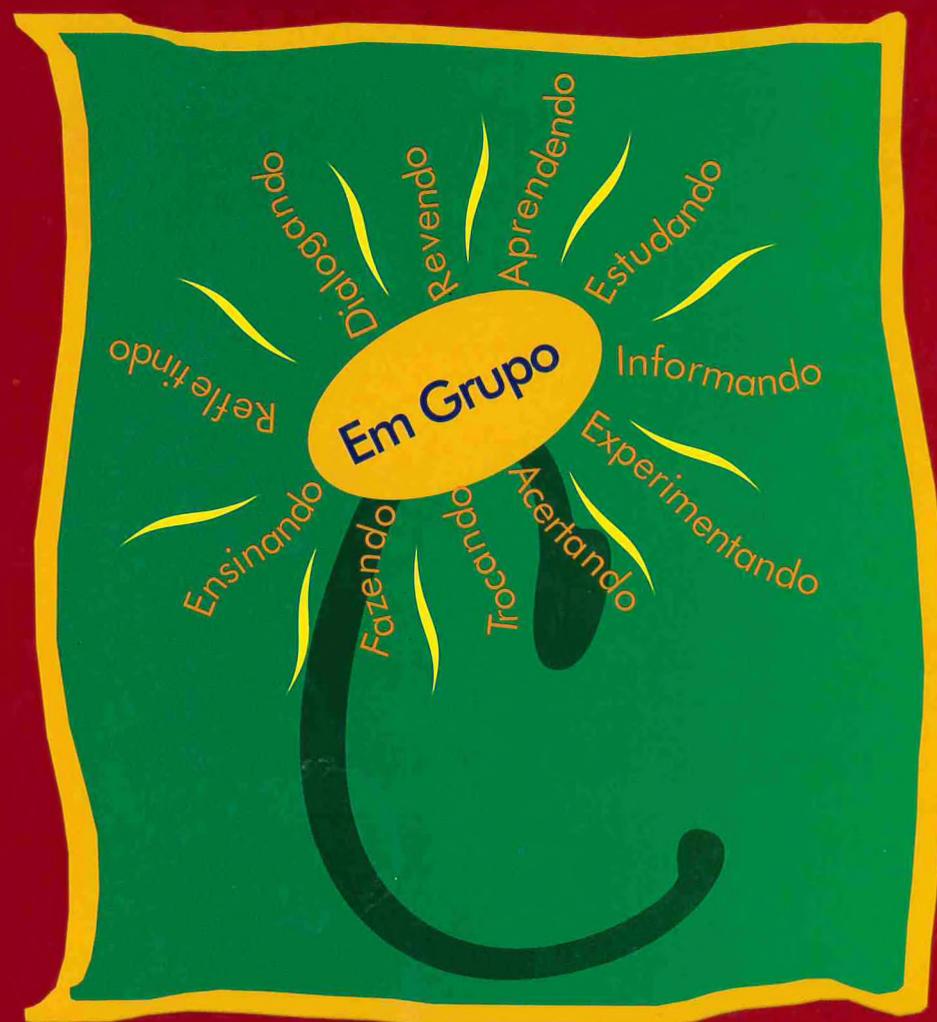


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Fundamental

Ética e cidadania

no Convívio Escolar



Experiências que
vale a pena conhecer

Presidente da República
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Ministro da Educação
PAULO RENATO SOUZA

Secretário Executivo
LUCIANO OLIVA PATRÍCIO

Secretaria de Educação Fundamental
IARA GLÓRIA AREIAS PRADO

Departamento de Política da Educação Fundamental
WALTER KIYOSHI TAKEMOTO

Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas sobre Educação Fundamental
ROSANGELA MARTA SIQUEIRA BARRETO

DADOS INTERNACIONAIS DE
CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Experiências que vale a pena conhecer : ética e
cidadania no convívio escolar : uma proposta de
trabalho / Ministério da Educação, Secretaria de
Educação Fundamental. – Brasília : [MEC, SEF],
2000.

38 p.

1. Educação para democracia. 2. Escolas Públicas.
3. Ética. 4. Cidadania I. Título.

CDU 37.014.53

AOS EDUCADORES E PAIS

É com grande satisfação que colocamos à disposição dos educadores e dos pais de todas as escolas do país este *Ética e cidadania no convívio escolar*. Mais do que um material preparado com o propósito de auxiliar na superação de problemas, é um convite àqueles que acreditam que profissionais da educação, aliados aos pais de seus alunos, podem criar uma nova escola, na qual respeito mútuo, justiça, solidariedade e diálogo façam parte de sua realidade cotidiana.

Nosso objetivo é resgatar a importância da educação escolar na formação da cidadania, proposta já enunciada nos PCN de 1ª a 8ª séries, bem como nos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil e de Jovens e Adultos; fortalecer a instituição escolar em sua luta contra a violência, a injustiça e a discriminação; e ajudar a tornar a escola um local onde famílias e profissionais da educação possam unir suas forças para dar conta da educação de suas crianças e jovens, com todas as conseqüências sociais benéficas que essas iniciativas podem trazer.

É importante ressaltar que o Ministério da Educação considera como perspectiva educativa da escola a promoção de atitudes, valores e práticas que venham se contrapor aos problemas gerados pela violência e pela discriminação com o intuito de inibi-los.

Preocupado com este problema, o Governo Federal criou, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, o Programa Nacional **Paz nas Escolas**, que integra o Plano Plurianual 2000/2003, no qual estão definidos recursos e metas para o período. O programa tem por objetivo contribuir para a redução da violência entre crianças, adolescentes e jovens, reconhecendo a capacidade da escola como instrumento democratizador e impulsionador da melhoria das condições de vida da nossa sociedade e fortalecendo suas ações complementares que tanto contribuem para o efetivo enfrentamento da questão da violência.

Acreditamos que este material será uma grande contribuição para a participação de educadores, pais e alunos na construção de uma sociedade

mais justa, promovendo relações humanas mais éticas e democráticas e tornando a própria escola uma instituição promotora de respeito mútuo e de paz.

Bom trabalho!

Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

José Gregori
Ministro da Justiça

SUMÁRIO

Apresentação	7
A educação para a democracia	9
Experiências	15
1ª Experiência: Escola Estadual Renato de Arruda Penteado	15
2ª Experiência: Escola Estadual de 1º e 2º Graus Professor Ezequiel Nascimento	21
3ª Experiência: Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Campos Sales	24
4ª Experiência: Escola de 1º Grau Francisca Rocha Magalhães	27
5ª Experiência: Escola Municipal de Iputinga	30
6ª Experiência: Escola de 1º Grau Padre Palmeira	31
Endereços das escolas	35

APRESENTAÇÃO

Este caderno apresenta uma pequena amostra de experiências bem-sucedidas em escolas públicas do Brasil, que conseguiram desencadear ações voltadas à cidadania e transformar a escola num espaço de vivência de democracia. Por meio de uma intensa participação de professores, funcionários, alunos e da comunidade local, tais estabelecimentos de ensino conquistaram autonomia, diminuíram a evasão escolar, reduziram drasticamente o índice de violência e garantiram melhoria na qualidade de ensino.

Esses exemplos, coletados a partir de publicações e de entrevistas com os diretores, não devem ser vistos como modelos a serem seguidos à risca, mas, sobretudo, como trabalhos motivadores e catalisadores de novas experiências educacionais, cujo fio condutor é a participação da comunidade, garantindo o processo democrático na educação.

Secretaria de Ensino Fundamental

A EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA

As escolas organizadas de maneira democrática têm melhores resultados, ou seja, são mais eficazes do que as escolas tradicionais, afirma um relatório da Unesco, feito em 1997, a partir da análise de experiências em escolas de vários países do mundo.¹

Mas como medir se um estabelecimento de ensino é eficaz ou ineficaz? Os indicadores convencionais detêm-se apenas nos resultados dos exames. No entanto, há outros indicadores menos quantificáveis e talvez mais importantes e significativos: o quanto as escolas, de fato, contribuem para uma cultura da não-violência e para a cidadania.

A educação para a democracia parte do pressuposto de que todos os seres humanos têm os mesmos direitos sociais e políticos. Dessa perspectiva, um dos objetivos básicos da escola reside em formar cidadãos não-violentos, que tenham seus compromissos fundamentados no respeito e saibam resolver os conflitos por meio do diálogo.

O desenvolvimento das capacidades humanas e a construção de valores e atitudes contribuem para a formação dos alunos e, conseqüentemente, para o bem-estar da própria sociedade. Para isso, em seu cotidiano, a escola tem de favorecer e encorajar a participação, o convívio com a diversidade e o respeito mútuo entre os indivíduos e os grupos. Segundo a opinião dos próprios adolescentes que freqüentam a escola, “uma escola de qualidade é aquela onde existe respeito”.²

Em contrapartida, os estabelecimentos de ensino que permanecem organizados de forma autoritária, rigidamente hierarquizada e com excesso de burocracia, são ineficazes, porque encorajam a dependência, a rigidez, a passividade e nutrem o aluno de falsas certezas. Pode-se acrescentar ainda que, quando não há nenhuma instância participativa, os alunos recorrem à violência para exprimir suas frustrações e seus descontentamentos.

¹ Unesco, *L'efficacité des écoles, l'éducation pour la démocratie et la non-violence*, Paris: Organisation de Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture, 1997.

² Ana Luiza Oliva Buratto, Maria Rita Coelho Dantas e Maria Thereza Oliva Marcílio de Souza, *A direção do olhar do adolescente: focalizando a escola*, Porto Alegre: Artes Médicas, 1998, p. 39.

Nas escolas de periferia das grandes cidades brasileiras, os sinais de violência manifestam-se, à primeira vista, no espaço físico da escola: vidros estilhaçados, pichações pelos muros e paredes, lâmpadas, portas, carteiras e cadeiras quebradas, banheiros depredados, entre outros. Uma aluna entrevistada em uma pesquisa lamenta-se da aparência da sua escola, que é, como dirá, “extremamente precária, não posso nem me orgulhar da escola e do meu ensino”.³

Essas formas de manifestação, conhecidas como vandalismo, retratam a insatisfação e o descontentamento dos alunos, que, na maioria das vezes, se sentem desmotivados, com uma auto-estima baixíssima, sem perspectiva profissional, sem formas de veiculação de suas idéias e sem participação efetiva na sociedade.

A depredação, entretanto, longe de ser um fator isolado, revela uma crise mais ampla: ausência de diálogo, de respeito mútuo, de noções de justiça e solidariedade.

Uma das queixas apontadas por professores e equipes de escola diz respeito à violência. Mas muitas vezes, sob o mesmo rótulo, têm sido classificados eventos de natureza muito distinta. Nos centros urbanos, algumas escolas encontram-se situadas em áreas de forte presença de grupos organizados – das gangues ao narcotráfico – e são por eles sitiadas. Para esses grupos, muitas vezes o controle sobre a escola torna-se uma questão estratégica. A escola também se vê atingida pela violência difusa (praticada por indivíduos isolados), que impera em centros urbanos: alunos e professores assaltados nas imediações da escola, alunos armados que ferem ou matam, acidentalmente ou não, seus colegas, etc. A violência difusa, as gangues e o narcotráfico são externos à escola, que se vê impotente para combatê-los; seu desafio, nesse caso, consiste no desenvolvimento de estratégias que garantam as condições necessárias para o trabalho escolar.

Em outros casos, a violência que atinge a escola está intencionalmente dirigida a ela, diretores e professores vêem-se ameaçados, ou mesmo agredidos, por alunos insatisfeitos; equipamentos são danificados e roubados, prédios são depredados, invadidos, por grupos externos também insatisfeitos. A insatisfação pode tanto ser localizada (a nota baixa atribuída por um professor, por exemplo) como dirigida, difusamente, às escolas em geral, uma vez que não

³ Ana Luiza Oliva Buratto, Maria Rita Coelho Dantas e Maria Thereza Oliva Marcílio de Souza, *A direção do olhar do adolescente: focalizando a escola*, p. 44.

vêm conseguindo promover a inserção social e cultural prometida aos setores populares. O desafio de superar essas situações exige um enorme esforço de compreensão de suas causas e uma enorme disposição de enfrentá-las; os caminhos podem ser diversos, mas exigem, sempre, um trabalho coletivo de compreensão das razões não-explícitas e de busca de soluções alternativas, buscando o estreitamento dos laços com alunos e comunidade.

Apesar de todos esses problemas, a escola ainda se mostra um espaço atraente para os adolescentes e jovens pela possibilidade do encontro com outros jovens, pois essa é a experiência que consideram mais positiva na escola. Corredores, pátios, banheiros e portões transformam-se em espaços privilegiados de convivência e, por isso mesmo, os espaços mais interessantes, particularmente para os jovens dos setores populares, que não dispõem de espaços – e, muitas vezes, nem de tempo – propícios ao lazer e ao encontro com seus pares.⁴

Mas que providências devem e podem ser tomadas para que a violência não tome conta das escolas? Como transformar a escola em um ambiente acolhedor, criativo, aberto ao diálogo e democrático? Tais questões não são nada fáceis de ser respondidas. É preciso experimentar mudanças, adotando um conjunto de medidas para intervir no espaço da escola no sentido de transformá-lo em um ambiente cooperativo, participativo e criativo para os alunos.

Pode-se dizer que para prevenir e combater a violência nas escolas não existem fórmulas prontas e acabadas. No entanto, as experiências bem-sucedidas relatadas neste caderno sugerem que a ampliação das formas de participação da comunidade escolar (alunos, professores, funcionários e pais) e da comunidade local é um fator imprescindível no refluxo da violência. A participação da comunidade pode ajudar a transformar uma escola degradada em comunidade educativa, criando uma rede de afeto e de solidariedade.

A participação da comunidade, portanto, é considerada uma forma bem eficiente de proteger e conservar o patrimônio da escola, de garantir a qualidade do trabalho pedagógico e da prática democrática. Conforme o depoimento de uma professora, “a comunidade tem que ver com aquilo que é dela. Quando ela começa a ver que aquilo é dela mesmo, não é do governo, de A, de B, da diretora C, é dela, ela zela pelo que é dela, ela vê que precisa daquilo”.

⁴ Parâmetros Curriculares Nacionais, volume de Introdução à 5ª a 8ª séries, p. 125.

Além disso, há um outro aspecto fundamental no que diz respeito à participação da comunidade escolar e local. É somente por meio dela que a escola realiza e conhece, na prática, a experiência democrática. Isso significa que os alunos precisam ter participação no modo de gestão do estabelecimento, no conteúdo e nas formas de aprendizagem. Geralmente, essas escolas comportam um conselho eleito do estabelecimento, representativo dos professores, dos alunos e da comunidade escolar. Quando o Conselho Escolar de uma escola é, de fato, representativo e atuante, os resultados são, na maioria das vezes, muito positivos.

Cinco estudos efetuados nos Estados Unidos confirmam que “a experiência democrática na escola e na classe contribui, por meio da sensibilização e do desenvolvimento de competências e de atitudes, para assegurar uma dimensão fundamental da vida em uma sociedade democrática: a participação”.⁵

Conclui-se então que uma escola democrática oferece condições melhores de aprendizagem e de convívio social. Uma obra recente,⁶ que discute a eficácia das escolas nos países em desenvolvimento, examinou numerosos projetos postos em prática na Colômbia, no Brasil, na Tailândia, em Sri Lanka e em Burundi, cujo objetivo comum era o de aumentar a eficácia das escolas diante do quadro de insuficiência de recursos, da evasão escolar e do fracasso dos resultados nos exames. Em todas essas experiências bem-sucedidas, substituiu-se o enfoque passivo tradicional pelo desenvolvimento da aprendizagem ativa, na qual os alunos passaram a ter responsabilidades no processo de aprendizagem, e os professores, os alunos, os pais e a comunidade local foram incitados a participar e a se responsabilizar pelos rumos da escola.

A presença de uma liderança forte e legítima no âmbito escolar, representada, na maioria das vezes, pela figura do diretor, também é fundamental para garantir o bom desempenho da escola. Para os adolescentes, “o diretor tem que estar comprometido”.⁷ A direção atuante deve promover o estabelecimento de regras democráticas dentro da escola, conferindo poderes aos outros e não apenas exercendo poder sobre os outros.

Assim, uma escola eficaz constrói uma pedagogia eficiente, por meio de métodos democráticos e cooperativos, capaz de orquestrar aprendizagem indivi-

⁵ Cf. Unesco, *L'efficacité des écoles, l'éducation pour la démocratie et la non-violence*, p. 2.

⁶ H. Levin e M. Lockheed, *Effective schools in developing countries*. Londres: The Falmer Press, 1993.

⁷ Ana Luiza Oliva Buratto, Maria Rita Coelho Dantas e Maria Thereza Oliva Marçílio de Souza, *A direção do olhar do adolescente: focalizando a escola*, p. 40.

dualizada, cooperação entre os alunos, cursos conduzidos por professores motivados e alunos participativos.

Deve-se ressaltar também a importância de uma ação coordenada das secretarias municipais e estaduais de educação, fortalecendo e apoiando iniciativas de educadores, pais e comunidades no sentido de aprimorar o trabalho em suas escolas. As equipes das secretarias municipais e estaduais de educação devem estar sempre promovendo cursos de aperfeiçoamento para educadores, além de favorecerem o desenvolvimento das propostas surgidas nas escolas.

Nesse contexto, a escola colabora para a formação de uma cultura de paz e de não-violência, na qual os conflitos diminuem. Uma cultura da não-violência tem como base a ação de cidadãos que buscam soluções pacíficas para os conflitos, por meio de discussões, diálogo e respeito mútuo. A escola democrática, portanto, transmite e desenvolve um processo de construção e de reconstrução de conhecimentos que podem reduzir drasticamente a violência na escola, contribuindo incisivamente para a construção da cidadania.

As experiências aqui mencionadas são apenas alguns exemplos, entre tantos outros que existem no Brasil, de intervenções eficazes na luta por uma educação voltada para a cidadania. O processo democrático que se desenvolveu nas escolas garantiu a redução da violência, a melhoria da qualidade de ensino, a diminuição da evasão escolar e a transformação da escola em um espaço de convívio, diálogo, ensino/aprendizagem, respeito mútuo, onde todos os participantes só têm a ganhar.

EXPERIÊNCIAS

1ª EXPERIÊNCIA:

ESCOLA ESTADUAL RENATO DE ARRUDA PENTEADO

Vila Corumbé – São Paulo

Ensino fundamental (5ª a 8ª séries) e ensino médio

Nº de alunos: 3.000

Nº de educadores: 111 (76 professores e 35 funcionários)

Desta escola vai sair coisa boa para todo o bairro – disse a diretora. Para todo o bairro, para todo o Brasil, para o mundo todo!! – respondeu um aluno.

A Escola Estadual Renato de Arruda Penteado situa-se na Vila Brasilândia, um bairro pobre da periferia da cidade de São Paulo. Atende três mil alunos em classes de 5ª série do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Funciona em três turnos: manhã, tarde e noite.

Até o final de 1997, a realidade da escola era marcada por constantes atos de violência e depredação. As instalações eram malconservadas, descuidadas e feias: as paredes e os muros estavam constantemente pichados; vidros, cadeiras e carteiras quebrados; as salas com goteiras; o jardim abandonado. Além disso, alunos iam à escola armados; ameaças a alunos e a professores aconteciam com frequência; havia “toques de recolher” – avisos dados por telefone, por pessoas estranhas à escola, que ordenavam a desocupação imediata do prédio para que se pudesse realizar ali um “acerto de contas”. Algumas vezes esse “acerto de contas” resultou em morte dentro das dependências da escola. Com esse quadro, muitas vezes as aulas eram suspensas – houve ocasiões em que isso aconteceu três vezes numa mesma semana.

Os pais e os profissionais da escola faziam constantes reclamações na delegacia de ensino e na própria Secretaria de Educação, no órgão responsável pela manutenção das instalações.

No início de 1998, a professora Eliana Bernardo de Mello, a nova diretora, foi recebida por um grupo de oito pais de alunos que lhe perguntaram diretamente: “A senhora veio para ajudar ou só para ficar?” Convidados a entrar na escola para uma conversa, os pais expuseram à diretora todos os problemas

vividos na escola. Uma união entre a direção da escola, coordenadores, professores e pais começou a modificar aquela realidade.

Um primeiro passo foi dado ali naquele primeiro encontro: os pais colocaram-se à disposição da diretora para ajudar em tudo que fosse preciso, e a diretora expôs que sem a ajuda deles ela não saberia o que fazer ali. A escola abriu suas portas para o que seria o início de uma parceria.

A existência desse pequeno grupo de pais de alunos da escola já bastante envolvido, mobilizado e disposto a colaborar foi uma condição fundamental para o desenvolvimento de todo o trabalho. Bastante participativo, esse grupo imediatamente se dispôs a assumir algumas tarefas para as quais, em função da falta de funcionários, a escola necessitava de ajuda, como abrir e fechar a escola e fazer a limpeza.

Tão logo as aulas começaram, ao longo da primeira semana de aula, foram realizadas reuniões com cada uma das classes com o objetivo maior de ouvir os alunos. Nessas reuniões, as perguntas eram: Vocês estão satisfeitos com esta escola como está? Quais são os problemas? Do que vocês não gostam? O que vocês sugerem?

Tudo o que era falado era anotado sem que houvesse a preocupação de defesa ou desculpas para aquilo que muitas vezes soava como acusação. O objetivo era, de fato, ouvir e anotar tudo. Nessas reuniões, muitos problemas foram apontados, mas muitas sugestões do que fazer também. Nesses primeiros contatos uma colocação importante foi feita: a escola dispunha-se a buscar saídas para a situação na qual se encontrava, mas só poderia conseguir algum resultado com a real participação dos alunos.

Uma primeira ação da diretora, implementada a partir desses contatos, foi confeccionar cartazes contendo palavras e idéias extraídas das falas dos alunos, que retratavam as causas da violência na escola e as suas soluções. Esses cartazes foram expostos a todos como sendo a síntese das queixas dos alunos.

Ao final da primeira semana, depois de já terem sido realizadas as reuniões com todas as classes, foi convocada a primeira reunião de pais, para a qual foram convidados todos os pais da escola. Para a realização dessa reunião, a escola contou com o apoio irrestrito do primeiro grupo de pais que já estava participando de forma mais ativa. Foram eles que ajudaram a preparar a pauta

da reunião e se responsabilizaram por mobilizar os outros pais. A notícia das reuniões realizadas pela escola com os alunos na primeira semana já havia sido divulgada entre os pais pelos próprios alunos, o que ajudou a incentivar o comparecimento à reunião.

Em função do horário de trabalho da maioria dos pais, a escola marcou a reunião para as 7 horas da manhã. Houve uma presença maciça de pais. A diretora, ao lado dos pais que ajudaram na organização daquele encontro, contou sobre as reuniões com os alunos, quais eram as queixas deles, exibiu os cartazes com as causas e as soluções dadas pelos alunos, falou também sobre os problemas já apontados pelo primeiro grupo de pais e expôs sua visão e sua disposição para trabalhar. Colocou, no entanto, uma condição para isso: só se dispunha a trabalhar em parceria com eles. Foi enfática em relação a este ponto: “Aceito fazer tudo o que for preciso, mas só o farei se houver apoio de fato dos pais”. A razão para isso era a consciência de que, sem a ajuda de todos, o trabalho necessário seria inviável.

A partir daí, o grupo de pais dispostos a trabalhar em parceria com a escola ampliou-se, e iniciou-se uma série de reuniões e contatos, nos quais os pais se colocavam à disposição, traziam sugestões, trabalhavam como voluntários cobrindo a falta de funcionários, comunicavam aos outros pais as ações da escola. Esta, por sua vez, não se intimidou em convocar os pais para participar de todas as ações que começaram a acontecer.

A direção da escola atribui a essa participação boa parte das mudanças que começaram a acontecer. A primeira delas foi em relação ao “toque de recolher”. Na interpretação da diretora, a ocupação da escola pelos pais, a presença constante deles em todos os momentos, intimidou a continuidade das ameaças. É como se a escola, agora, tivesse um “dono” forte: a própria comunidade. O fato é que nunca mais houve nenhum telefonema ameaçando ou ordenando sua desocupação.

O trabalho com o grupo de funcionários e professores foi iniciado antes do início das aulas. Numa primeira reunião, foram colocadas todas as dúvidas, as questões, os problemas, as queixas. O posicionamento da diretora foi fundamental no sentido de acolher todas as colocações, posicionar-se, expor suas idéias e sua proposta de trabalho e definir algumas regras de trabalho e de convívio. Foram definidos nessa reunião pontos importantes que todos deveriam cumprir, relacionados às responsabilidades profissionais de cada um e também ao comportamento ético na escola.

Havia muito trabalho a ser feito e poucos recursos. Uma das primeiras providências necessárias era em relação às instalações. Todos na escola concordavam que era muito difícil sentir-se bem num espaço sujo, pichado, com goteiras, com móveis e vidros quebrados. Os alunos disseram com clareza: “Nós queremos que esta escola seja a escola mais bonita do mundo”. A resposta também foi clara: “Podemos tentar fazer dela a mais bonita, mas isso só será possível se vocês ajudarem. Sem essa ajuda, nada feito”. Para isso, uma das primeiras ações foi convocar um mutirão para limpar a escola. A APM arcou com os custos do material necessário e com o conserto do telhado, o que acabou com as goteiras. Num final de semana, pais, alunos, professores e funcionários da escola reuniram-se para realizar os trabalhos. A organização desse mutirão foi combinada com todos: cada classe faria o trabalho em sua própria sala. Os outros espaços da escola foram distribuídos entre pais e funcionários. A escola foi inteiramente pintada, os móveis foram todos restaurados e, como resultado, a escola ficou com “outra cara”. Essa ação foi bastante importante para resgatar a confiança da comunidade em si própria, na sua capacidade de mudar o quadro que se apresentava. Um dos diálogos que houve entre a diretora e os alunos exemplifica isso. Em um determinado momento, a diretora disse aos alunos que daquela escola poderia e iria ainda sair muita coisa boa para a comunidade. Os alunos foram completando: “Para a cidade, para o Estado de São Paulo, para o Brasil, para o mundo!”

O sentimento de pertencimento àquele grupo e as ações de participação na reconstrução da escola foram importantes também para que os alunos se sentissem cada vez mais capazes de se responsabilizar pela escola. Um fator importante nesse processo foi a participação dos alunos também nas tomadas de decisão. Abriu-se a eles a possibilidade de exercitar, de fato, a participação e a responsabilidade conjuntamente. Um exemplo disso foi o processo que resultou na instalação de uma cantina. Para isso, a diretora e um grupo grande de pais foi à Secretaria de Educação, com disposição para falar com o governador do estado se fosse necessário. Não foi preciso: o problema foi exposto e foi concedida a autorização para construir e administrar uma cantina nas dependências da escola. A partir daí, surgiram algumas questões: quem iria administrar essa cantina? Como ela deveria ser, o que ela deveria vender? Para decidir sobre isso, foi formada uma comissão composta por representantes dos pais, dos alunos (dois representantes por classe, escolhidos pela própria classe), dos funcionários e dos professores. Essa comissão decidiu os critérios para exploração da cantina. Entre outros, ficou estabelecido que a cantina teria de ser uma cantina bem bonita; a pessoa que fosse explorá-la deveria participar das atividades da escola, doando alguma coisa para as festas e os eventos; os preços deveriam ser mais baratos do que aqueles encontrados na região fora

da escola; haveria um aluguel a ser cobrado mensalmente; seria proibida a venda de bebidas alcoólicas, mesmo em eventos como festa junina e outros. É importante frisar que todas as decisões foram votadas e acatadas por todos. Assim, de posse dos critérios, foi feita uma licitação. Três candidatos ofereceram-se, e um deles foi escolhido. O que definiu a escolha foi o preço do lanche, o aluguel a ser pago e a disposição de participar dos trabalhos da escola. Com isso, a escola hoje possui uma cantina que paga um bom aluguel, é bonita, vistosa, limpa e bem iluminada; vende lanches, salgados, refrigerantes, sucos, balas, bombons e chocolates; não vende bebida alcoólica em nenhuma situação e contribui com a doação de uma determinada quantidade de pães e salsichas na festa junina, de uma bicicleta para ser sorteada na festa de final de ano e de um bolo por mês para a comemoração dos aniversários da escola.

A começar da escolha de todos os representantes que foram indicados pelo voto, até a discussão, a argumentação, a defesa de diferentes pontos de vista e a decisão final, todo o processo de tornar a cantina uma realidade foi um grande exercício de cidadania e democracia para todos. Todos tiveram voz e suas opiniões foram consideradas. As decisões foram tomadas de forma democrática e acatadas por todos.

Talvez o resultado mais importante desse processo tenha sido a participação efetiva de todos os segmentos da escola numa tomada de decisão. Isso fortaleceu a relação de confiança da comunidade em si própria e confirmou para todos que o diálogo, o respeito, as responsabilidades, enfim, os princípios democráticos não são apenas um discurso, mas, sim, uma realidade possível.

Nesse mesmo ano de 1998, foi realizada a Caminhada para a Paz, um evento que envolveu toda a comunidade local. Esse evento aconteceu em decorrência de um trabalho desenvolvido pelos diversos professores em sala de aula. Quando, na primeira semana de aula, foram levantadas todas as queixas em relação à escola, os professores, os orientadores e a diretora elaboraram um projeto de trabalho, cujo tema era “Paz: o caminho de um novo amanhecer”. Este tema deveria nortear todos os trabalhos em todas as disciplinas e impregnar a escola – seus ambientes, suas ações, o ensino que ali se ministrava, a relação entre as pessoas. As salas foram decoradas e foram produzidos frases, poemas, histórias, cartazes, desenhos, pinturas, grafites, músicas e estudos diversos em torno do tema “paz”. A partir desse trabalho, surgiu a idéia de realizar um evento que envolvesse a comunidade.

Assim, no dia 23 de novembro de 1998, foi realizada uma caminhada pelo bairro, da qual participaram todos os membros da comunidade escolar. A

receptividade dessa caminhada foi grande, e isso animou a comunidade a pensar num evento maior para o ano seguinte. Foi a partir dessa ação que a comunidade local começou a se interessar mais pelo trabalho desenvolvido pela escola. Alguns padres e pastores, dirigentes das igrejas e templos locais, procuraram a escola para a realização de um trabalho conjunto. Nesse aspecto, a comunidade escolar posicionou-se, indicando a impossibilidade de se ocupar o seu espaço para desenvolver um trabalho de cunho religioso, em nome do respeito à diversidade presente na escola, mas marcando a importância do apoio dessas instituições para todo o trabalho desenvolvido. Assim, também nas igrejas e nos templos locais a comunidade passou a receber notícias sobre o trabalho desenvolvido na escola.

Com isso, a relação da escola com a comunidade foi-se intensificando. A escola passou a receber o apoio de pessoas que não pertenciam à comunidade escolar (isto é, que não tinham familiares freqüentando a escola). Alguns eventos começaram a ocorrer nos finais de semana, como o uso da quadra pela comunidade.

Em 1999, a comunidade escolar organizou uma nova caminhada. Para esta, pais, alunos, funcionários e educadores produziram flores de papel para serem distribuídas a todos, ao longo da caminhada, junto com uma mensagem – um poema ou uma frase – sobre a paz. Também para esse evento, escolas de outros bairros e outros municípios foram convidadas, e foi feita uma ampla divulgação nas igrejas, no comércio, nas rádios comunitárias, nas associações e nos demais estabelecimentos locais. Para isso, a comunidade escolar dividiu-se em grupos, de forma que cada um destes se responsabilizasse por determinada área de atuação. Pais, alunos, professores e funcionários participaram ativamente. O resultado foi uma caminhada com grande adesão, na qual foram distribuídas as flores, juntamente com as mensagens, a todos os moradores da região e transeuntes. Cada casa, cada pessoa pela qual eles passavam recebia uma flor. Os ônibus foram invadidos e os passageiros também receberam flores. A comunidade estendeu panos brancos em frente às casas, os comerciantes doaram faixas, as rádios comunitárias fizeram ampla cobertura, todos apoiando o acontecimento.

A caminhada recebeu apoio da Delegacia Regional de Ensino, que ajudou a convidar outras escolas e a fazer a divulgação do evento nos órgãos governamentais. O resultado disso foi a presença de algumas autoridades, pessoas que trabalhavam em organizações não-governamentais e outras interessadas em conhecer o trabalho que vinha sendo desenvolvido. Uma dessas pessoas foi

um estudioso americano que desenvolve, nos Estados Unidos, trabalho e pesquisa relacionados com a questão da violência nas escolas. Foi realizado, então, um encontro aberto a todos para troca de experiências. Um dos pais presentes nesse encontro perguntou o que ele teria a acrescentar ao trabalho ali desenvolvido. A resposta foi : “Tenho a aprender aqui”.

Ao ouvir isso, um dos alunos concluiu: “Então, chegamos ao mundo”, lembrando-se do diálogo que houve um dia entre um educador e um aluno.

2ª EXPERIÊNCIA:

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS PROFESSOR EZEQUIEL NASCIMENTO Sorocaba – São Paulo

Ensino fundamental e ensino médio

Nº de alunos: 1.937

Nº de educadores: 81 (74 professores e 7 funcionários)

A escola pública dá certo! – disse Aparício Ferraz Neto, diretor da E.E.P.S.G. Professor Ezequiel Nascimento.

A E.E.P.S.G. Professor Ezequiel Nascimento, de ensino fundamental e médio, localiza-se em Sorocaba, interior de São Paulo. Está situada no bairro de Santa Rosário e atende a alunos de 38 bairros, cuja população é predominantemente de baixa renda.

No início de 1996, a situação da escola era caótica: vidros estilhaçados, paredes e muros pichados, cadeiras, mesas, salas, portas e banheiros depredados. Esses e outros sinais de violência permeavam o cotidiano de alunos da escola, professores e funcionários. Em março do mesmo ano, a escola sofreu a invasão de um grupo de jovens, que contava inclusive com alguns alunos, cujo objetivo era arrancar à força um estudante para um “acerto de contas” entre gangues.

Além disso, outro grave problema gerava muita insegurança na comunidade escolar: a permanência instável dos seus diretores no estabelecimento de ensino. Em apenas um ano, a escola foi administrada por cinco diretores diferentes. Diante dessa situação de instabilidade, muitos moradores do bairro optaram por matricular seus filhos em escolas de outras regiões.

Foi quando Aparício Ferraz Neto ingressou na direção da E.E.P.S.G. Professor Ezequiel Nascimento, em 1997, que a escola iniciou um processo de transformação. Em outros trabalhos, o diretor já havia notado problemas decorrentes da falta de amor e de identificação dos alunos com a escola onde estudam. Com muita vontade, Aparício definiu como objetivo prioritário a recuperação do espaço físico. Queria que a escola se transformasse num local viável de convívio, troca de experiências e qualidade de ensino.

Sem medir esforços para atingir a meta proposta, o diretor fica no estabelecimento praticamente nos três períodos. Circula todos os dias pelas dependências da escola, observando as relações entre alunos, funcionários e professores. Está sempre por dentro de tudo o que acontece e tem disponibilidade, de fato, para o diálogo. Tão grande é a sua disposição que um aluno, depois de tê-lo visto em vários lugares no mesmo dia, comentou: “O senhor parece que é clonado!”

Mas, além do perfil dedicado do diretor, o que garantiu a experiência ter sido bem-sucedida na E.E.P.S.G. Professor Ezequiel Nascimento?

Bem, ao assumir o cargo, ocorreram várias reuniões com os professores e os funcionários para trocar idéias, levantar problemas e decidir juntos como enfrentá-los. A escola implantou um programa de formação de professores para orientá-los a lidar com situações de indisciplina e desorganização. Estabeleceram-se alguns princípios de conduta, como, por exemplo, a valorização da participação dos alunos, o respeito mútuo, o amor pela escola.

Quando a equipe de professores e funcionários se encontrava bem afinada, deu-se outro passo fundamental para a revitalização da escola: o apoio da comunidade.

Por meio de reuniões sistemáticas de pais, classe por classe, e de representantes da APM por meio do Conselho da Escola, foi possível conscientizar os pais a respeito dos problemas vividos no espaço escolar e explicitar a importância do papel da comunidade na formação dos alunos. Toda a equipe da escola trabalhava em função dos alunos, no sentido de integrar famílias-professores-escola. Logo os alunos sentiram que a escola estava sendo pensada como um espaço deles. O envolvimento das crianças com a escola era a prova de confiança para os pais.

À medida que a escola foi abrindo as portas para os pais, houve uma redução drástica da violência no cotidiano dos alunos. Aos sábados e domingos, passa-

ram a ser realizadas atividades culturais, esportivas e musicais, além de eventos nas datas comemorativas, das quais participam pais, alunos e professores da comunidade escolar.

Um outro trabalho fundamental que está sendo desenvolvido pela equipe da escola recebeu o nome de Projeto Amigo. Este projeto presta assistência aos familiares com o intuito de acolher, ouvir e ajudar os alunos a superar as suas questões familiares.

Quando algum aluno apresenta problemas de aprendizagem ou comportamentos agressivos, nervosos ou arredios no âmbito da escola, a equipe toma providências rápidas. Uma das medidas adotadas é convidar os pais para uma conversa sobre a importância da integração família-escola no desenvolvimento do aluno.

Outra é fazer uma visita à casa desses alunos, para que os membros da equipe escolar entrem em contato com a realidade deles. Como consequência dessa prática, decorrem dois fatores positivos:

- 1º) Professores, diretores e coordenadores desenvolvem um olhar mais cuidadoso sobre o aluno, que os capacita a ajudá-los e até, às vezes, a solucionar seus problemas.
- 2º) Os alunos que recebem os membros da equipe em casa se sentem queridos, têm a auto-estima aumentada e reforçam os vínculos afetivos com eles, dando início ao diálogo e à relação de confiança mútua.

Outra novidade desse processo é o fim da *suspensão* (medida punitiva pela qual o aluno fica proibido, por tempo determinado pela escola, de frequentá-la), vista pela equipe como uma punição sem sentido que, além de não ajudar em nada o aluno, pode levá-lo ao mais completo sentimento de desamparo e de ausência de referência.

A escola desenvolveu também o Projeto de Aula Vaga, que mantém atividades extracurriculares nos três períodos. Os estudantes têm acesso a jornais, revistas, TV, vídeo e som. Orientados por um professor, os alunos têm a oportunidade de discutir temas como sexo, drogas, profissões, acontecimentos contemporâneos, além de terem acesso a aulas de xadrez e coral. Durante cerca de vinte minutos, em todos os períodos, há professores disponíveis só para conversar com alunos que estão passando por dificuldades.

O triste cenário de violência e de abandono vivido pela escola no passado (vidros quebrados, depredações, pichações, banheiros destruídos) cedeu lugar

sociadas do Ipiranga), Faculdade São Marcos, Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) – e outras entidades, como o Conselho Tutelar do Ipiranga, Casa da Cultura Ipiranga, etc.

Essas parcerias possibilitaram um trabalho mais aprofundado com os alunos portadores de deficiências físicas ou aqueles que se sentiam fracassados, desmotivados, desconcentrados. Nesses casos, a equipe valia-se ainda de um outro recurso: a visita dos professores à casa dos alunos, de modo a criar um vínculo afetivo e de confiança mútua.

Da parceria escola–Casa da Cultura do Ipiranga resultou um envolvente trabalho de elaboração de *outdoors* com o tema do lixo doméstico, que vão ser espalhados pelas ruas da cidade.

Mas o trabalho da escola só se concretizou efetivamente com a participação da comunidade. Para isso, a equipe dedicou-se ao trabalho com os pais. Durante um ano, ocorreram reuniões sistemáticas em que muitos pais de alunos participavam de três encontros semanais com duração total de nove horas. Nessas reuniões, foram discutidas diversas questões: o funcionamento da escola, os problemas diagnosticados, as diversas correntes pedagógicas, a escassez ou não de verbas e a natureza das relações humanas vividas no espaço escolar.

Comenta Rosemeire Figueiredo: “O processo desse trabalho foi algo bastante doloroso, pois comprovávamos, a cada grupo, a falta de hábito de participação, de um lado, e a pressão exercida internamente que tentava impedir as interferências da comunidade na escola, de outro. Porém, com persistência e clareza de objetivos, chegamos ao final desse trabalho com um número de pais bastante significativo, que passou a ter acesso total na escola, condição esta fundamental para uma participação efetiva e que pudesse contribuir para as mudanças tão necessárias nas relações daqueles que se julgam atores do ato de educar”.

Hoje em dia, os pais e os membros da comunidade local guardam as chaves da escola para poder usar o seu espaço nos fins de semana e nos feriados. Isidoro Pires de Andrade Neto, pai de aluno, presidente do Conselho da Escola e membro da Comissão de Limpeza, Conservação e Manutenção do Prédio Escolar, comenta as vantagens que ele vê no uso da escola pela comunidade: “O espaço aqui é muito amplo, muito bom, e é um local que a comunidade precisa usar porque nós não temos áreas de lazer. Nós temos dificuldades em ter alguém cuidando da escola o dia todo, nos finais de semana e feriados e, então, enquanto a comunidade está fazendo uso do prédio escolar, a gente sabe que

ele não está sendo depredado e passa a ser cuidado pela própria comunidade. É por isso que a nossa escola é respeitada”.

A escola conta atualmente com quatro comissões de pais: Comissão de Reivindicação; Comissão Integração Escola/Comunidade; Comissão de Limpeza, Manutenção e Conservação do Prédio Escolar e Comissão de Esporte, Lazer e Cultura.

Além disso, acontecem diariamente nas dependências da escola encontros de pais, reuniões sistemáticas de alunos do grêmio, encontro de representantes de classe, treino de karatê, grupos de teatro, coral, fanfarra, ensaio de atividades para a II Feira Cultural do Campos Salles e outros eventos de várias instituições do bairro. Na opinião da aluna da 8ª série, Bruna Nunes de Carvalho, a situação da escola melhorou muito nos últimos anos. “O aluno está respeitando mais o professor e o próprio colega também. Agora, há mais conversa. Antes, por qualquer motivo, um batia na cara do outro”, disse ela.

No dia 22 de junho de 1999, cinco mil pessoas, das quais mais de duas mil eram crianças e adolescentes, fizeram uma caminhada pela paz percorrendo as ruas da Favela de Heliópolis. Depois, houve uma concentração no Largo da Igreja Santa Edwiges, onde alunos de várias escolas apresentaram atividades. Este ato pela paz, fruto do intenso trabalho na educação, demonstrou a organização dos moradores e os avanços significativos no processo de integração da escola com a comunidade local.

4ª EXPERIÊNCIA:

ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCA ROCHA MAGALHÃES

Ladeira Grande, Município de Maranguape – Grande Fortaleza, Ceará

Ensino fundamental

Nº de alunos: 563

Nº de educadores: 23 (13 professores e 10 funcionários)

Participar, decidir com firmeza e consciência quem deve ou não dirigir, isso é ter independência. Trecho de um poema do mural da escola Francisca Rocha Magalhães.

Situada num pequeno distrito, distante 12 quilômetros da sede de seu município, Maranguape, a Escola de 1º Grau Francisca Rocha Magalhães tem 563 alunos de 1ª a 8ª séries e atende a lugarejos vizinhos, como Vila Nova e

Colmijuba. Esta escola foi uma das beneficiadas com o trabalho de democratização feito pela Secretaria Municipal de Educação.

A partir de 1991, implantou-se o projeto Escola Ativa, coordenado pela secretária da Educação do município, que elegeu a participação dos alunos como o eixo do trabalho. Desse modo, os professores e a escola incentivaram as crianças a criar e a agir, para transformar a escola e até a própria aprendizagem. Trata-se de uma atuação inspirada nas propostas do pedagogo francês Célestin Freinet, para o qual o bom funcionamento do estabelecimento de ensino depende, em grande parte, da participação ativa da comunidade.

A primeira medida tomada foi, então, a organização de conselhos escolares, formados por cinco a nove representantes eleitos pela comunidade (alunos, professores, funcionários, coordenadores, pais, agentes de saúde e pessoas da comunidade local). Os conselhos exercem as seguintes funções na escola:

1. Participa da organização do ano letivo, discutindo calendário e eventos.
2. Solicita e organiza a formação dos professores.
3. Organiza atividades de lazer, como cursos abertos de arte culinária.
4. Faz visitas às famílias dos alunos evadidos, para ouvi-los e convencê-los, na medida do possível, da necessidade de frequentarem a escola.
5. Promove a arrecadação de fundos para consertos da escola.

A comunidade local, que atuava na escola apenas como mão-de-obra barata em pequenos serviços (telhamento, carpintaria, pintura, etc.), tornou-se parceira consciente do processo educacional. “Inclusive”, observa a secretária da Educação Marta Cordeiro, “a presença masculina na escola aumentou consideravelmente”.

Segundo a coordenadora do Conselho Escolar, Maria Gorete de Abreu, o sucesso do projeto está no excelente entrosamento dos professores e no espírito de participação da comunidade. Essa feliz parceria entre a escola e a comunidade local rendeu a criação de uma Farmácia Viva, que atende a todos os moradores de Ladeira Grande. Trata-se de um canteiro formado em um terreno vizinho à escola, onde os alunos cultivam ervas medicinais, como capim-santo, mastruz e erva-cidreira, usados no preparo de chás e remédios caseiros.

No dia 9 de março de 1992, foi aprovada a Constituição Escolar, um conjunto dos principais deveres e direitos dos alunos, que contou com a participação da escola, alunos, pais e comunidade local (veja o quadro a seguir). A Constitui-

ção fica afixada no mural da escola, onde estão expostas também sugestões, produções, críticas e congratulações de professores, funcionários, alunos, pais e membros da comunidade. No trecho deste poema que fica na parede do pátio da escola, pode-se notar a valorização da independência e da autonomia como uma das metas do estabelecimento de ensino.

*Participar, decidir
com firmeza e consciência
quem deve ou não dirigir,
isso é ter independência.
(...)*

*Ter direito a estudar,
Morar com toda a decência,
Ter terra pra cultivar,
Isso é ter independência.*

Desde que foi implantado o projeto Escola Ativa no Município de Maranguape, a taxa de reprovação caiu de 22% para apenas 5,4%, enquanto o índice de evasão recuou de 12% para 10%. “A continuidade dos trabalhos é fundamental para a sustentabilidade do projeto”, comenta Marta Cordeiro.

Atualmente, a Secretaria da Educação criou uma equipe itinerante que percorre as escolas do município, prestando assessoria pedagógica aos educadores.

CONSTITUIÇÃO ESCOLAR

DIREITOS	DEVERES
1. Amor e respeito	1. Interesse pelo estudo
2. Merenda escolar	2. Responsabilidade, assiduidade e pontualidade
3. Biblioteca e sala de leitura	3. Boas maneiras no trato de todas as pessoas
4. Ambiente agradável para estudar	4. Saber ouvir e saber falar
5. Salas com carteiras confortáveis e material didático apropriado	5. Participar da fila de entrada na sala de aula
6. Professores preparados (qualificados)	6. Reconhecer os seus direitos e respeitar o dos outros
7. Assistência de supervisão pedagógica	7. Respeitar os colegas, a diretora, os professores, as secretárias e os auxiliares de serviço
8. Palestras e debates sobre religião, droga, sexo e outros temas variados	
9. Utilização do minilaboratório	
10. Instalações limpas e conservadas	

DIREITOS	DEVERES
11. Bom relacionamento entre diretora, professores, secretárias, merendeiras, zeladores e alunos	8. Ter atenção nas aulas
12. Esporte nas horas possíveis	9. Fazer e valorizar as tarefas realizadas na sala de aula
13. Banho após aulas de ginástica	10. Zelar pelo material escolar
14. Apoio maior dos professores para a realização de aula de trabalhos artísticos	11. Participar da limpeza da escola
15. Promoção da hora cívica	12. Ter a responsabilidade de preservar a limpeza da escola
16. Atendimento médico e dentário semanal ou mensal	13. Participar nos concursos literário e artístico e na gincana cultural

5ª EXPERIÊNCIA:

ESCOLA MUNICIPAL DE IPUTINGA

Recife – Pernambuco

Ensino fundamental e educação de adultos

Nº de alunos: 874

Nº de educadores: 55 (40 professores e 15 funcionários)

A escola está lutando... a gente vê a escola subindo... Opinião de um aluno da Escola Municipal de Iputinga.

Algumas décadas atrás, havia somente uma escola no bairro de Iputinga, periferia do Recife, que funcionava em péssimas condições, além de ser insuficiente para atender a todas as crianças em idade escolar. Depois de um longo período de lutas e reivindicações, os moradores criaram a Comissão de Educação, que conseguiu, com o apoio da prefeitura, a reforma e a ampliação da Escola Municipal de Iputinga.

Mas apenas a reforma do prédio não bastava para solucionar todos os problemas. No final de 1991, os professores e a Comissão de Educação denunciavam as condições precárias daquele estabelecimento de ensino e solicitavam material de limpeza, instalação de banheiros e de um gabinete odontológico. O prédio encontrava-se em mau estado de conservação, pois tinha esgoto a céu aberto, falta de iluminação, etc. Fora isso, a escola carecia de material didático, já que *um aluno tinha de ficar esperando o outro terminar de fazer a lição para usar o lápis*. As crianças precisavam dividir copos e talheres na hora da merenda, pois estes eram em número insuficiente.

A mobilização dos professores e dos pais da comunidade em benefício da escola gerou o primeiro Conselho Escolar de Pernambuco. Antes de formá-lo, todos os interessados leram os folhetos que a prefeitura havia distribuído a respeito dos critérios que deveriam ser seguidos. Essas informações foram divulgadas em cartazes, jornais ou boletins a todos os professores, alunos, pais e funcionários da escola. Organizou-se então uma assembléia geral para escolher uma comissão que faria a eleição dos integrantes do Conselho.

Esta comissão convocou nova assembléia para apresentar as regras para a eleição, que foram discutidas e aprovadas. Depois disso, toda a comunidade escolar votou e elegeu os 12 membros do Conselho Escolar, que conta com 13 pessoas, incluindo a diretora.

A primeira medida do Conselho foi elaborar o Regimento Interno da escola. Reunindo-se periodicamente, os integrantes do Conselho fazem a “ponte” entre moradores e a comunidade escolar. O próprio secretário do Conselho, o avô de um aluno, é um incansável incentivador da participação dos pais nas reuniões e na vida escolar de seus filhos. “Claro que não tenho nada que assumir o papel de diretora, mas preciso aprender um pouco como funcionam as aulas, como as crianças aprendem, pra poder passar pra eles”, justificou ele.

Os alunos, por sua vez, contagiados pelos pais e pelos educadores, também intensificaram sua participação na escola. Hoje em dia, começam a organizar-se, participam do Conselho, fundaram o grêmio, têm representantes de classe. Reconhecem que a escola “melhorou muito” (com a atual direção): “A escola está lutando... a gente vê a escola subindo...”.

6ª EXPERIÊNCIA:

ESCOLA DE 1º GRAU PADRE PALMEIRA

Salvador – Bahia

Ensino fundamental

Nº de alunos: 1.778

Nº de educadores: 80 (40 professores e 40 funcionários)

*Nossa peça aposta na capacidade de reconstrução.
Luiz Marfuz, diretor da peça *Cuida bem de mim*.*

A Escola Padre Palmeira situa-se em Mussurunga I, subúrbio da cidade de Salvador. Como tantas outras escolas públicas de Salvador, este estabelecimento de ensino enfrentava contínuas ações de vandalismo e depredação.

Apesar dos numerosos esforços da Secretaria de Educação para solucionar o problema – campanhas, cartazes, repressão –, nenhum resultado favorável tinha sido alcançado.

Quando Eloísa Sousa Costa assumiu a direção, em março de 1998, encontrou uma escola depredada, com paredes pichadas e dominada por vândalos. Com medo de possíveis represálias, as antigas diretoras ficavam de mãos amarradas. Eloísa confessa que ficou revoltada com a transferência para a Escola Padre Palmeira, em que eram freqüentes as ocorrências de brigas e de meninos armados. Sem saber o que fazer e que rumo tomar, ela chorava pelos corredores.

Quanto à infra-estrutura, a escola encontrava-se em ótimas condições, pois contava com 16 salas de aula, um prédio que servia somente de suporte pedagógico, laboratórios, ampla biblioteca, sala de vídeo e um salão polivalente. O quadro de funcionários e docentes estava completo, mas nada funcionava naquele estabelecimento de ensino.

Meses depois, Eloísa, casualmente, assistiu ao vídeo que divulgava uma peça de teatro (*Cuida bem de mim*, encomendada pela Secretaria de Educação ao Liceu de Artes e Ofícios da Bahia), que discutia o tema da depredação nas escolas da rede pública de ensino, trazendo para o palco cenas do cotidiano da maioria das escolas: descaso, falta de diálogo, ensino burocrático e massificação.

Cuida bem de mim funcionou como agente disparador de uma série de transformações nas escolas de Salvador, complementada por uma ação conjunta que envolveu alunos, professores e funcionários. Além da mudança na relação de estudantes, professores e funcionários com o espaço, mobilizou as comunidades escolares.

No caso da Escola Padre Palmeira, a peça inspirou o caminho a ser tomado e incentivou a reflexão e um balanço das práticas dos educadores. Eloísa Costa organizou uma sessão de vídeo para professores e funcionários, seguida de discussões acaloradas, nas quais a equipe procurou diagnosticar os problemas da escola e as suas causas. Por que a escola é desacreditada? Por que os alunos não “vestem a camisa” da escola? Por que eles picham e depredam o espaço da escola? Essas questões, entre outras, foram debatidas durante horas na biblioteca. Depois, procurou-se traçar um plano coletivo de ação para restaurar o espaço escolar.

Cada professor levou uma classe da escola, de 5^a a 8^a séries, para assistir ao vídeo e trabalhar os temas suscitados por ele. Os pequenos, de 3^a e 4^a séries, produziram textos sobre “A escola que temos e a escola que queremos”. As idéias dos alunos colocadas no papel originaram um projeto chamado Sou Maluquinho pela Minha Escola.

Nesse momento, os pais foram convidados a ir à escola assistir ao vídeo que, naquela altura, já havia cativado todos os alunos, professores e funcionários. A escola ficou lotada, com um público de cerca de mil pais, divididos em três salas. Depois do vídeo, os pais iniciaram, espontaneamente, um debate. O clima de inquietação e desconforto foi geral. Muitos pais perguntaram-se: será que estou sendo responsável pela educação do meu filho? O que podemos fazer para mudar a situação da escola do nosso bairro? Em que podemos ajudar?

Dessa conversa surgiu a idéia do mutirão de pais. Praticamente todos os pais se dispuseram a ajudar a recuperar a escola. Responsabilizaram-se pela limpeza, pelos consertos, pelas construções e pela pintura de todo o prédio escolar. Para encerrar esse encontro, selando o compromisso da parceria família-escola, os pais foram convidados a participar de um lanche servido em torno de uma linda mesa organizada pela comunidade escolar.

Quanto aos pichadores que invadiam a escola, Eloísa soube reconhecê-los como verdadeiros “artistas incompreendidos”, que, depois de uma conversa franca e aberta, tornaram-se parceiros e colaboradores do projeto visual da escola.

A partir daí, a escola vem-se tornando um espaço acolhedor, alegre e participativo, no qual o lema “Liberdade, responsabilidade e parceria” serviu de guia para as atividades de todos os seus freqüentadores.

ENDEREÇOS DAS ESCOLAS

1ª Experiência: Escola Estadual Renato de Arruda Penteadó

Rua Floriano Costa Barroso, 10

Jardim Corumbé

São Paulo/SP – 02855-220

Tel.: (11) 3921-7239

2ª Experiência: E.E.P.S.G. Professor Ezequiel Nascimento

Rua Ângelo Elias, 830

Santa Rosália

Sorocaba/SP – 18090-100

Tel.: (11) 232-6803

3ª Experiência: E.M.E.F. Presidente Campos Sales

Rua Cavalheiro Frontini, 87

São João Clímaco

São Paulo/SP – 04231-030

Tel.: (11) 6947-6723

4ª Experiência: Escola de 1º Grau Francisca Rocha Magalhães

Distrito de Ladeira Grande,

Município de Maranguape

Fortaleza/CE – 61940-000

Tel.: (85) 341-0942

5ª Experiência: Escola Municipal de Iputinga

Rua Coronel Fernando Furtado, 479

Iputinga

Recife/PE – 50731-110

Tel.: (81) 227-6176

6ª Experiência: Escola de 1º Grau Padre Palmeira
Rua P, s/nº, Setor G
Mussurunga 1
Salvador/BA – 40010-000
Tel.: (71) 376-3977

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Neide Nogueira

Elaboração

Ana Amélia Inoue

Célia Regina Pereira do Nascimento

Maria da Glória Porto Kok

Neide Nogueira

Vinicius Italo Signorelli

Consultoria

Elie George Ghanen Guimarães Junior

Maria Virginia de Freitas – Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação

Agradecimentos

Devanil Tozzi

Maria Aparecida Convair e equipe da Diretoria de Ensino da Região de Suzano – Secretaria de Educação de São Paulo

Regina Lico

Revisão

Cecilia Shizue Fujita dos Reis

Rejane de Meneses

Sonja Cavalcanti

Yana Palankof

OHCHR LIBRARY



8207



**MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO**



Apoio:

